

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE DE 2007

(Do Senhor Neilton Mulim e outros)

Dá nova redação aos arts. 25 e 144 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25.

.....

§ 4º Os Estados manterão, com a cooperação técnica e financeira da União e dos Municípios, programas de segurança pública.(AC)

.....

“Art. 144.

.....

§ 10. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da segurança pública e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal e estabelecerá:

I - a valorização dos profissionais de segurança pública, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II – o piso salarial profissional nacional para os profissionais de segurança pública.
(AC)

§ 11. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da segurança pública, observado:.

I - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir;

II - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de federal e estadual;

III - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades da segurança pública, nos termos do plano nacional de segurança pública.

Deputado Federal NEILTON MULIM

*Gabinete 639 – Anexo IV – Câmara dos Deputados - CEP. 70.160.900 – Brasília/DF
Tel.: 61 – 32155639 – Fax: 61 – 32152639 – e-mail: dep.neiltonmulim@camara.gov.br*

IV - Os programas suplementares de segurança primária, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

V - A segurança pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-segurança, recolhida pelas empresas na forma da lei.

VI - As cotas estaduais e do Distrito Federal da arrecadação da contribuição social do salário-segurança serão distribuídas proporcionalmente ao número de profissionais de segurança e a respectiva população. (AC)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais transitórias passa a vigorar acrescido de um artigo com a seguinte redação:

“Art. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o § 11, do Art. 144 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da segurança pública e à remuneração condigna dos trabalhadores da segurança, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Segurança Pública e da Valorização dos Profissionais da Segurança - FUMDESP, de natureza contábil;

II - os Fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do art. 155; o inciso II do caput do art. 157; os incisos II, III e IV do caput do art. 158; e as alíneas a e b do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, e distribuídos entre cada Estado e o Distrito Federal, proporcionalmente ao número de profissionais de segurança pública e a população;

III - a União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o inciso I do caput deste artigo sempre que, no Distrito Federal e em cada Estado, o valor por servidor não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

IV - a complementação da União de que trata o inciso III do caput deste artigo será de, no mínimo:

a) R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), no primeiro ano de vigência dos Fundos;

b) R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), no segundo ano de vigência dos Fundos;

c) R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), no terceiro ano de vigência dos Fundos.

V - os valores a que se referem as alíneas a, b, e c do inciso IV do caput deste artigo serão atualizados, anualmente, a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, de forma a preservar, em caráter permanente, o valor real da complementação da União;

VI - aplica-se à complementação da União o disposto no art. 160 da Constituição Federal;

VII - o não-cumprimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo importará crime de responsabilidade da autoridade competente;

VIII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais de segurança pública.

§ 1º A porcentagem dos recursos de constituição dos Fundos, conforme o inciso II do caput deste artigo, será alcançada gradativamente nos primeiros 3 (três) anos de vigência dos Fundos, da seguinte forma:

I - no caso dos impostos e transferências constantes do inciso

II do caput do art. 155; do inciso IV do caput do art. 158; e das alíneas a e b do inciso I e do inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal:

a) 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano;

b) 18,33% (dezoito inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano;

c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano;

III - no caso dos impostos e transferências constantes dos incisos I e III do caput do art. 155; do inciso II do caput do art. 157; e dos incisos II e III do caput do art. 158 da Constituição Federal:

a) 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), no primeiro ano;

b) 13,33% (treze inteiros e trinta e três centésimos por cento), no segundo ano;

c) 20% (vinte por cento), a partir do terceiro ano.”(AC)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Muito se tem falado em termos de medidas necessárias para solucionar o grave problema de segurança pública que o país enfrenta, mas nenhuma proposta aborda o ponto central de qualquer sistema que é o seu financiamento.

Podemos adotar como proposta o que o Congresso Nacional apresentou como solução para resolver o problema da educação. Nesse sentido, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 53, que determinou inúmeras medidas para dotar de recursos efetivos essa área tão sensível para a existência da sociedade.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº DE DE 2007

(Do Senhor Neilton Mulim e outros)

Dá nova redação aos arts. 25 e 144 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DEPUTADO	ASSINATURA	GABINETE

Deputado Federal NEILTON MULIM

*Gabinete 639 – Anexo IV – Câmara dos Deputados - CEP. 70.160.900 – Brasília/DF
Tel.: 61 – 32155639 – Fax: 61 – 32152639 - e-mail: dep.neiltonmulim@camara.gov.br*